



ANÁLISE DO IMPACTO
REGULATÓRIO



MONITORAMENTO
E AVALIAÇÃO DO
RESULTADO REGULATÓRIO



AGENDA REGULATÓRIA
ciclo quadrienal
2017-2020

BIBLIOTECA DE ALIMENTOS

Atualizada em 30.11.2018



Gerência de Processos Regulatórios – GPROR

Gerência-Geral de Regulamentação e Boas Práticas Regulatórias – GGREG

APRESENTAÇÃO

No setor de alimentos, a Anvisa coordena, supervisiona e controla as atividades de registro, inspeção, fiscalização e controle de riscos, sendo responsável por estabelecer normas e padrões de qualidade e identidade a serem observados.

O objetivo é garantir a segurança e a qualidade de alimentos, incluindo bebidas, águas envasadas, ingredientes, matérias-primas, aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia, materiais em contato com alimentos, contaminantes, resíduos de medicamentos veterinários, rotulagem e inovações tecnológicas em produtos da área de alimentos.

As Bibliotecas são documentos que reúnem todas as normas vigentes de determinado macrotema, divididos por temas. O objetivo é facilitar o acesso e a compreensão do Estoque Regulatório ao público interno e externo, bem como aprimorar o processo de elaboração e revisão das normativas.

Não deixe de consultar também a **Biblioteca de Temas Transversais**, que abrange assuntos aplicados a todos os macrotemas, tais como: Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), Certificação de Boas Práticas de Fabricação (CBPF), Taxas de Fiscalização de Vigilância Sanitária (TFVS), Peticionamento de Recursos, etc.

Sumário

1. Regularização, avaliação de risco e padrões de alimentos	4
1.1. Procedimentos para regularização de alimentos e embalagens	4
1.2. Procedimentos para avaliação de risco, segurança e eficácia de alimentos	4
1.3. Padrões microbiológicos em alimentos	5
1.4. Irradiação de alimentos.....	5
1.5. Requisitos sanitários para aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia.....	5
1.6. Contaminantes em alimentos	10
1.7. Matérias estranhas macroscópicas e microscópicas em alimentos	10
1.8. Resíduos de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal	10
1.9. Materiais em contato com alimentos	10
1.10. Fortificação de alimentos	12
1.11. Requisitos sanitários para alimentos para fins especiais	12
1.12. Requisitos sanitários para suplementos alimentares	13
1.13. Requisitos sanitários para produtos de cereais, amidos, farinhas e farelos.....	13
1.14. Requisitos sanitários para chocolate e produtos de cacau	13
1.15. Requisitos sanitários para balas, bombons e gomas de mascar	13
1.16. Requisitos sanitários para gelados comestíveis e preparados para gelados comestíveis	14
1.17. Requisitos sanitários para produtos proteicos de origem vegetal.....	14
1.18. Requisitos sanitários para óleos vegetais, gorduras vegetais e creme vegetal	14
1.19. Requisitos sanitários para açúcares e produtos para adoçar.....	14
1.20. Requisitos sanitários para produtos de vegetais, de frutas e cogumelos comestíveis.....	14
1.21. Requisitos sanitários para palmito em conserva.....	14
1.22. Requisitos sanitários para misturas para o preparo de alimentos e alimentos prontos para consumo	14
1.23. Requisitos sanitários para águas para consumo humano.....	14
1.24. Requisitos sanitários para especiarias, temperos e molhos	15
1.25. Requisitos sanitários para café, cevada, chá, erva-mate e produtos solúveis.....	15
1.26. Requisitos sanitários para sal destinado ao consumo humano	15
2. Informações ao consumidor.....	15
2.1. Rotulagem de alimentos	15
2.2. Informações sobre fenilalanina em alimentos.....	17
2.3. Promoção comercial e publicidade em alimentos	17
3. Regularização de serviços e estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária e Boas Práticas	18
3.1. Boas Práticas de Fabricação em estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos	18
3.2. Boas práticas para serviços de alimentação	19

3.3.	Conservação nas fases de transporte, comercialização e consumo dos alimentos perecíveis, industrializados ou beneficiados, acondicionados em embalagens.	19
3.4.	Boas práticas nutricionais	19
4.	Controle, fiscalização e monitoramento de produtos e serviços.....	19
4.1.	Controle, fiscalização e monitoramento de alimentos	19
4.2.	Programa de controle de alergênicos	20
4.3.	Recolhimento de alimentos	20
5.	Controle sanitário em comércio exterior e ambientes de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados	20
5.1.	Procedimentos para importação de alimentos.....	20

1. Regularização, avaliação de risco e padrões de alimentos

[Lei 9.782/1999](#) – Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

[Decreto-Lei 986/1969](#) – Institui normas básicas sobre alimentos

[RDC 204/2005](#) – Procedimento de petições submetidas à análise pelos setores técnicos da Anvisa

Alterada por:

[RDC 25/2008](#) – Procedimento de recurso administrativo no âmbito da agência nacional de vigilância sanitária

[RDC 23/2015](#) – Altera a RDC 204/2005

[RDC 25/2011](#) – Procedimentos gerais para utilização dos serviços de protocolo de documentos no âmbito da Anvisa

Alterada por:

[RDC 50/2013](#) – Altera RDC 25/2011

Atos relacionados:

[RDC 86/2016](#) – Procedimentos para o recebimento de documentos em suporte eletrônico

[IN 8/2016](#) – Lista de assuntos de petição a serem protocoladas em suporte eletrônico

1.1. Procedimentos para regularização de alimentos e embalagens

[RES 16/1999](#) – Registro de alimentos ou novos ingredientes

[RES 19/1999](#) – Registro de alimentos com alegação de propriedades funcionais ou de saúde em sua rotulagem

[RES 22/2000](#) – Registro de produtos importados pertinentes à área de alimentos

[RES 23/2000](#) – Registro e dispensa da obrigatoriedade de registro de produtos pertinentes à área de alimentos

Alterada por:

[RDC 27/2010](#) – Categorias de alimentos e embalagens isentos e com obrigatoriedade de registro sanitário

[RDC 240/2018](#) – Altera RDC 27/2010 para definir os suplementos alimentares isentos e com obrigatoriedade de registro sanitário

[Portaria MS 8/1971](#) – Alimentos elaborados em caráter experimental destinados a pesquisa de mercado

[Portaria MS/SVS 579/1997](#) – Determina que a publicação no Diário Oficial da União é suficiente para comprovar a concessão do registro de alimentos

[RDC 20/2008](#) – Embalagens de polietilenotereftalato (PET)

1.2. Procedimentos para avaliação de risco, segurança e eficácia de alimentos

[RES 17/1999](#) – Avaliação de risco e segurança dos alimentos

Documentos relacionados:

[Guia para Comprovação da Segurança de Alimentos e Ingredientes](#)

[RES 18/1999](#) – Análise e comprovação de propriedades funcionais e ou de saúde alegadas em rotulagem de alimentos

[RDC 241/2018](#) – Requisitos para comprovação da segurança e dos benefícios à saúde dos probióticos para uso em alimentos

1.3. Padrões microbiológicos em alimentos

[RDC 12/2001](#) – Regulamento técnico sobre padrões microbiológicos para alimentos

1.4. Irradiação de alimentos

[RDC 21/2001](#) – Regulamento técnico para irradiação de alimentos

1.5. Requisitos sanitários para aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia

[Decreto 50.040/1961](#) – Dispõe sobre as normas técnicas especiais reguladoras do emprego de aditivos químicos a alimentos

Alterado por:

[Decreto 691/1962](#) – Modifica Decreto 50.040/1961

[Decreto 55.871/1965](#) – Modifica Decreto 50.040/1961

[Portaria MS 540/1997](#) – Regulamento técnico de aditivos alimentares: definições, classificação e emprego

Atos relacionados:

[Guia de Procedimentos para Pedidos de Inclusão e Extensão de Uso de Aditivos Alimentares e Coadjuvantes de Tecnologia de Fabricação na Legislação Brasileira](#)

[RES MS/CNNPA 21/1975](#) – Adota técnicas analíticas para análise de aditivos e coadjuvantes

RES MS/CNNPA 38/1977 – Aprova coadjuvantes de tecnologia para produtos forneados

Alterado por:

[RES 4/1999](#) – Aprova o uso do aditivo fosfato de dimagnésio para fermentos químicos

[RES CNS 4/1988](#) – Aprova o uso de aditivos em diversas categorias de alimentos

Alterado por:

[Portaria DINAL 6/1990](#) – Aprova o uso do aditivo nisina para alguns alimentos

Portaria DINAL 53/1991 – Autoriza o uso do aditivo polidextrose para alimentos dietéticos

[Portaria DINAL 38/1989](#) – Aprova o uso do aditivo goma carragena para alguns alimentos

[Portaria MS/SVS 133/1992](#) – Autoriza o uso do aditivo peróxido de benzoíla para farinha

[Portaria MS/SVS 72/1995](#) – Autoriza o uso do coadjuvante fosfato trissódico dodecahidratado em ovos e carcaças de carne cruas

[Portaria MS/SVS 13/1996](#) – Autoriza o uso do aditivo goma konjak para diversas categorias de alimentos

[Portaria MS/SVS 97/1996](#) – Autoriza o uso do aditivo pectina em suco de frutas

[Portaria MS/SVS 235/1996](#) – Autoriza o uso do coadjuvante peróxido de hidrogênio para branqueamento de estômago, bucho, tripa e mocotó bovino

[Portaria MS/SVS 236/1996](#) – Aprova o uso do aditivo sorbato de potássio para iogurte com mel

[Portaria MS/SVS 161/1997](#) – Aprova o uso do coadjuvante lactoperoxidase para diversas categorias de alimentos

[Portaria MS/SVS 554/1997](#) – Aprova o uso de aditivos alimentares para chás

[Portaria MS 28/1998](#) – Aditivos para alimentos com informação nutricional complementar e alimentos para fins especiais

[Portaria MS/SVS 35/1998](#) – Aprova o uso de aditivos alimentares para alimentos de transição e crianças de primeira infância

[Portaria MS/SVS 39/1998](#) – Aprova o uso de aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia para adoçantes de mesa

Alterado por:

[RDC 79/2002](#) – Altera as condições de uso de leucina em adoçantes de mesa

[RDC 6/2008](#) – Aprova o uso de aditivos alimentares para adoçantes de mesa

[RDC 149/2017](#) – Aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em diversas categorias de alimentos

[Portaria MS/SVS 503/1998](#) – Aprova o uso do aditivo goma gelana em diversas categorias de alimentos

[Portaria MS/SVS 1.003/1998](#) – Dispõe sobre as categorias de alimentos para efeito de avaliação do emprego de aditivos

[Portaria MS/SVS 1.004/1998](#) – Aditivos para carnes e produtos cárneos

Alterado por:

[RDC 179/2001](#) – Aprova o uso dos aditivos tripolifosfato de sódio e carboximetilcelulose de sódio em produtos cárneos

[RDC 28/2001](#) – Aprova o uso da natamicina para produtos cárneos embutidos

Atos relacionados:

[Portaria MS/SVS 1.002/1998](#) – Lista de produtos classificados como carnes e produtos cárneos

[Portaria MS 372/1999](#) – Aprova o uso de aditivos para maionese

[Portaria MS/SVS 376/1999](#) – Aprova o uso dos aditivos metilcelulose e hidroxipropil metilcelulose em diversas categorias de alimentos

[RES 383/1999](#) – Aditivos alimentares para produtos de panificação e biscoitos

[RES 387/1999](#) – Aditivos alimentares para balas, confeitos, bombons, chocolates e similares

Alterada por:

[RDC 201/2005](#) – Proíbe o uso de aditivos em produtos de sobremesas, balas, confeitos, bombons, chocolates e similares

[RES 388/1999](#) – Aditivos alimentares para sobremesas

Alterada por:

[RDC 169/2002](#) – Retifica a RES 388/1999

[RDC 201/2005](#) – Proíbe o uso de aditivos em produtos de sobremesas, balas, confeitos, bombons, chocolates e similares

[RDC 27/2000](#) – Aprova o uso dos aditivos dióxido de enxofre e seus sais de cálcio, sódio e potássio para xarope de glicose

[RDC 77/2000](#) – Aprova o uso do coadjuvante de tecnologia óleo mineral para balas de goma, balas de gelatina e cereais

[RDC 1/2001](#) – Aprova o uso de aditivos alimentares realçadores de sabor em diversas categorias de alimentos

[RDC 7/2001](#) – Aprova o uso do coadjuvante ácido láctico para lavagem de ovos, carcaças ou partes de animais

[RDC 33/2001](#) – Aditivos alimentares para sopas e caldos

[RDC 34/2001](#) – Aditivos alimentares para preparações culinárias industriais

[RDC 1/2002](#) – Aprova o uso dos aditivos fosfato tricálcico e carbonato de sódio em açúcar em cubos.

[RDC 2/2004](#) – Aprova o uso do coadjuvante ácido peracético para lavagem de ovos, carcaças ou partes de animais

[RDC 27/2004](#) – Aditivos alimentares para alimentos à base de cereais para alimentação infantil

Alterada por:

[RDC 149/2017](#) – Aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em diversas categorias de alimentos

[RDC 23/2005](#) – Aditivos alimentares para cremes vegetais e margarinas

[RDC 25/2005](#) – Aditivos alimentares para bebidas não alcoólicas a base de soja

[RDC 248/2005](#) – Coadjuvantes de tecnologia para óleos e gorduras

Alterada por:

[RDC 81/2016](#) – Autoriza o coadjuvante silicato de magnésio para óleos e gorduras

[RDC 149/2017](#) – Aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em diversas categorias de alimentos

[RDC 286/2005](#) – Coadjuvantes de tecnologia para bebidas alcoólicas

Alterada por:

[RDC 40/2011](#) – Aprova os coadjuvantes ácido tânico e taninos para açúcar e bebidas alcoólicas

[RDC 64/2011](#) – Coadjuvantes de tecnologia para cervejas

[RDC 123/2016](#) – Aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia para uso em vinhos

[RDC 2/2007](#) – Aditivos aromatizantes

Atos relacionados:

[IN 15/2017](#) – Procedimentos para avaliação de aditivos aromatizantes provenientes de espécies botânicas regionais

[RDC 3/2007](#) – Aditivos alimentares para gelados comestíveis

Alterada por:

[RDC 22/2007](#) – Define prazo para cumprimento da RDC 3/2007

[RDC 4/2007](#) – Aditivos alimentares para molhos e condimentos

Alterada por:

[RDC 23/2007](#) – Define prazo para cumprimento da RDC 4/2007

[RDC 5/2007](#) – Aditivos alimentares para bebidas não alcoólicas gaseificadas e não gaseificadas

Alterada por:

[RDC 24/2007](#) – Define prazo para cumprimento da RDC 5/2007

[RDC 60/2007](#) – Aditivos alimentares para cereais e produtos de ou a base de cereais

[RDC 65/2007](#) – Aditivos alimentares para geleias

Alterada por:

RDC 28/2009 – Altera o Anexo da RDC 65/2007

[RDC 70/2007](#) – Aprovação do aditivo dimetildicarbonato para bebidas não alcoólicas à base de soja

[RDC 8/2008](#) – Proíbe o uso dos aditivos propilparabeno e propilparabeno de sódio em alimentos

[RDC 13/2008](#) – Aprova o coadjuvante de tecnologia peróxido de hidrogênio para açúcar.

[RDC 18/2008](#) – Aditivos edulcorantes

Alterada por:

[RDC 160/2017](#) – Aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em fórmulas para nutrição enteral

[RDC 239/2018](#) – Aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia para suplementos alimentares

[RDC 64/2008](#) – Aditivos alimentares para petiscos (*snacks*) a base de batatas, cereais, farinha ou amido ou de sementes oleaginosas e nozes processadas, com cobertura ou não.

[RDC 27/2009](#) – Aprova o coadjuvante cera de carnaúba para categorias de alimentos.

[RDC 45/2010](#) – Aditivos alimentares autorizados para uso segundo as Boas Práticas de Fabricação (BPF)

Alterada por:

[RDC 21/2011](#) – Prorroga o prazo para adequação à RDC 45 e 46/2010

[RDC 46/2010](#) – Limites máximos para aditivos excluídos da lista de aditivos alimentares autorizados para uso segundo as Boas Práticas de Fabricação (BPF)

Alterada por:

[RDC 21/2011](#) – Prorroga o prazo para adequação à RDC 45 e 46/2010

[RDC 40/2011](#) – Aprova os coadjuvantes ácido tânico e taninos para açúcar e bebidas alcoólicas

Alterada por:

[RDC 123/2016](#) – Aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia para uso em vinhos

[RDC 46/2011](#) – Aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia para fórmulas infantis destinadas a lactentes e crianças de primeira infância

Alterada por:

[RDC 4/2013](#) – Prorroga o prazo para adequação das RDC 42, 43, 44, 45 e 46/2011

[RDC 49/2014](#) – Altera a RDC 46/2011

[RDC 56/2011](#) – Aditivos alimentares para queijos *petit suisse*

[RDC 64/2011](#) – Coadjuvantes de tecnologia para fabricação de cervejas

[RDC 65/2011](#) – Aditivos alimentares para a fabricação de cervejas

[RDC 5/2013](#) – Aditivos alimentares para bebidas alcoólicas, exceto as fermentadas.

[RDC 7/2013](#) – Coadjuvantes de tecnologia para produtos de frutas e de vegetais, incluindo cogumelos comestíveis

[RDC 8/2013](#) – Aditivos alimentares para produtos de frutas e de vegetais e geleia de mocotó

Alterada por:

[RDC 149/2017](#) – Aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em diversas categorias de alimentos

[RDC 53/2014](#) – Lista de enzimas, aditivos alimentares e veículos autorizados em preparações enzimáticas para uso na produção de alimentos em geral

[RDC 54/2014](#) – Regulamento técnico sobre enzimas e preparações enzimáticas para uso na produção de alimentos em geral

[RDC 123/2016](#) – Aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia para uso em vinhos

[RDC 149/2017](#) – Aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em diversas categorias de alimentos

[RDC 160/2017](#) – Aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia autorizados para uso em fórmulas para nutrição enteral

[RDC 239/2018](#) – Aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia para suplementos alimentares

[RDC 244/2018](#) – Aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia para leite em pó

1.6. Contaminantes em alimentos

[Decreto 50.040/1961](#) – Dispõe sobre as normas técnicas especiais reguladoras do emprego de aditivos químicos a alimentos

Alterado por:

[Decreto 691/1962](#) – Modifica Decreto 50.040/1961

[Decreto 55.871/1965](#) – Modifica Decreto 50.040/1961

[Portaria MS/SNVS 11/1987](#) – Determina que a expressão “qualquer alimento” da Tabela II do Decreto 55.871/1965 se refere ao resultado da análise do produto a ser consumido

Portaria SVS/GESP 11/1987 – Limite de cromo para gelatina comestível destinada a produção de sobremesa

[Portaria MS/SVS 685/1998](#) – Princípios gerais para estabelecimento de níveis máximos de contaminantes químicos em alimentos

[RDC 281/2003](#) – Benzeno em alimentos

[RDC 7/2011](#) – Limites máximos tolerados para micotoxinas em alimentos

Alterada por:

[RDC 138/2017](#) – Altera RDC 7/2011

[RDC 42/2013](#) – Limites máximos de contaminantes (LMT) inorgânicos em alimentos

[RDC 193/2017](#) – Limites Máximos Tolerados (LMT) dos contaminantes arsênio inorgânico, cádmio total, chumbo total e estanho inorgânico em alimentos infantis, e dá outras providências.

1.7. Matérias estranhas macroscópicas e microscópicas em alimentos

[RDC 14/2014](#) – Matérias estranhas macroscópicas e microscópicas em alimentos e bebidas

1.8. Resíduos de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal

[RDC 4/2001](#) – Glossário de termos e definições para resíduos de medicamentos veterinários

[RDC 5/2001](#) – Métodos de amostragem para o controle de resíduos de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal

[RDC 253/2003](#) – Programa de análise de resíduos de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal (PAMVet)

[RDC 53/2012](#) – Metodologias analíticas, ingestão diária admissível e limites máximos de resíduos para medicamentos veterinários em alimentos de origem animal

1.9. Materiais em contato com alimentos

[RDC 91/2001](#) – Critérios gerais e classificação de materiais para embalagens em contato com alimentos

[Portaria MS/SVS 27/1996](#) – Embalagens e equipamentos de vidro e cerâmica destinados a entrar em contato com alimentos

[Portaria MS/SVS 177/1999](#) – Disposições gerais para embalagens e equipamentos celulósicos em contato com alimentos

Alterada por:

[RDC 88/2016](#) – Materiais, embalagens e equipamentos celulósicos destinados a entrar em contato com alimentos

Atos relacionados:

[RDC 89/2016](#) – Materiais celulósicos para cocção e filtração a quente

[RDC 90/2016](#) – Materiais, embalagens e equipamentos celulósicos destinados a entrar em contato com alimentos durante a cocção ou aquecimento em forno

[RDC 122/2001](#) – Ceras e parafinas em contato com alimentos

[RDC 123/2001](#) – Embalagens e equipamentos elastoméricos em contato com alimentos

[RDC 217/2002](#) – Películas de celulose regenerada em contato com alimentos

[RDC 218/2002](#) – Tripas sintéticas de celulose regenerada em contato com Alimentos

[RDC 20/2007](#) – Embalagens, revestimentos, utensílios, tampas e equipamentos metálicos em contato com alimentos

Ato relacionado:

[Lei 9.832/1999](#) – Proibição do uso industrial de embalagens metálicas soldadas com liga de chumbo e estanho para acondicionamento de gêneros alimentícios, exceto para produtos secos ou desidratados.

[Portaria MS/SVS 987/1998](#) – Embalagens descartáveis de polietileno tereftalato (PET) destinadas ao acondicionamento de bebidas não alcoólicas carbonatadas

[RDC 146/2001](#) – Processo de deposição de camada interna de carbono amorfo em garrafas de polietileno tereftalato (PET)

[RDC 124/2001](#) – Preparados formadores de películas a base de polímeros e/ou resinas destinados ao revestimento de Alimentos

[RDC 20/2008](#) – Embalagens de polietileno tereftalato (PET) pós-consumo reciclado grau alimentício (PET-PCR grau alimentício) destinados a entrar em contato com alimentos

[RES 105/1999](#) – Disposições gerais para embalagens e equipamentos plásticos em contato com alimentos

Alterada por:

[RDC 17/2008](#) – Lista positiva de aditivos para materiais plásticos destinados à elaboração de embalagens e equipamentos em contato com alimentos

[RDC 51/2010](#) – Critérios de migração para materiais, embalagens e equipamentos plásticos destinados a entrar em contato com alimentos

[RDC 52/2010](#) – Corantes em embalagens e equipamentos plásticos destinados a estar em contato com alimentos

[RDC 56/2012](#) – Lista positiva de monômeros, outras substâncias iniciadoras e polímeros autorizados para a elaboração de embalagens e equipamentos plásticos em contato com alimentos

1.10. Fortificação de alimentos

[Portaria SVS/MS 31/1998](#) – Alimentos adicionados de nutrientes essenciais

Ato relacionado:

[RDC 269/2005](#) – Ingestão Diária Recomendada (IDR) de proteína, vitaminas e minerais

[RDC 23/2013](#) – Teor de iodo no sal destinado ao consumo humano

Documento relacionado:

[Perguntas e respostas sobre sal](#)

[RDC 150/2017](#) – Enriquecimento de farinhas de trigo e de milho com ferro e ácido fólico.

Documento relacionado:

[Documento de perguntas e respostas sobre enriquecimento das farinhas](#)

1.11. Requisitos sanitários para alimentos para fins especiais

[Portaria MS/SVS 29/1998](#) – Padrão de identidade e qualidade de alimentos para fins especiais

Alterada por:

[RDC 135/2017](#) – Alimentos para dietas com restrição de lactose

[RDC 155/2017](#) – Farinhas de trigo e de milho para dietas com restrição de ferro

[RDC 243/2018](#) – Requisitos sanitários dos suplementos alimentares.

Ato relacionado:

[RDC 269/2005](#) – Ingestão Diária Recomendada (IDR) de proteína, vitaminas e minerais

Alterada por:

[RDC 182/2006](#) (prazo)

[Portaria MS/SVS 54/1995](#) – Padrão de identidade e qualidade para sal hipossódico

[Portaria MS/SVS 30/1998](#) – Alimentos para controle de peso

[Portaria MS/SVS 34/1998](#) – Alimentos de transição para lactentes e crianças de primeira infância

Alterada por:

[RDC 68/2016](#) – Altera a Portaria MS/SVS 34/1998

[Portaria MS/SVS 36/1998](#) – Alimentos à base de cereais para alimentação infantil

Alterada por:

[RDC 42/2011](#) – Compostos de nutrientes para alimentos destinados a lactentes e crianças de primeira infância

[RDC 170/2017](#) – Altera Portaria MS/SVS 36/1998

[RDC 241/2018](#) – Requisitos para comprovação da segurança e dos benefícios à saúde dos probióticos para uso em alimentos

[RDC 43/2011](#) – Fórmulas infantis para lactentes

[RDC 44/2011](#) – Fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância

[RDC 45/2011](#) – Fórmulas infantis para lactentes destinadas a necessidades dietoterápicas específicas e fórmulas infantis de seguimento para lactentes e crianças de primeira infância destinadas a necessidades dietoterápicas específicas

Alteradas por:

[RDC 4/2013](#) – Prorroga os prazos para adequação das RDC 42, 43, 44, 45 e 46/2011

[RDC 46/2014](#) – Altera a RDC 43/2011

[RDC 47/2014](#) – Altera a RDC 44/2011

[RDC 48/2014](#) – Altera a RDC 45/2011

[RDC 241/2018](#) – Requisitos para comprovação da segurança e dos benefícios à saúde dos probióticos para uso em alimentos

Ato relacionado:

[RDC 42/2011](#) – Compostos de nutrientes para alimentos destinados a lactentes e crianças de primeira infância

Documento relacionado:

[Perguntas e respostas sobre fórmulas infantis](#)

[RDC 21/2015](#) – Fórmulas para nutrição enteral

[RDC 22/2015](#) – Compostos de nutrientes e de outras substâncias para fórmulas para nutrição enteral

Alteradas por:

[RDC 160/2017](#) – Aditivos alimentares e coadjuvantes de tecnologia em fórmulas para nutrição enteral

[RDC 241/2018](#) – Requisitos para comprovação da segurança e dos benefícios à saúde dos probióticos para uso em alimentos

1.12. Requisitos sanitários para suplementos alimentares

[RDC 243/2018](#) – Requisitos sanitários dos suplementos alimentares.

Atos relacionados:

[IN 28/2018](#) – Listas de constituintes, de limites de uso, de alegações e de rotulagem complementar dos suplementos alimentares

1.13. Requisitos sanitários para produtos de cereais, amidos, farinhas e farelos

[RDC 263/2005](#) – Regulamento técnico para produtos de cereais, amidos, farinhas e farelos

Atos relacionados:

[RDC 150/2017](#) – Enriquecimento de farinhas de trigo e de milho com ferro e ácido fólico.

Documentos relacionados:

[Documento de perguntas e respostas sobre enriquecimento das farinhas](#)

1.14. Requisitos sanitários para chocolate e produtos de cacau

[RDC 264/2005](#) – Regulamento técnico para chocolate e produtos de cacau

1.15. Requisitos sanitários para balas, bombons e gomas de mascar

[RDC 265/2005](#) – Regulamento técnico para balas, bombons e gomas de mascar

1.16. Requisitos sanitários para gelados comestíveis e preparados para gelados comestíveis

[RDC 266/2005](#) – Regulamento técnico para gelados comestíveis e preparados para gelados comestíveis

1.17. Requisitos sanitários para produtos proteicos de origem vegetal

[RDC 268/2005](#) – Regulamento técnico para produtos proteicos de origem vegetal

1.18. Requisitos sanitários para óleos vegetais, gorduras vegetais e creme vegetal

[RDC 270/2005](#) – Regulamento técnico para óleos vegetais, gorduras vegetais e creme vegetal

1.19. Requisitos sanitários para açúcares e produtos para adoçar

[RDC 271/2005](#) – Regulamento técnico para açúcares e produtos para adoçar

1.20. Requisitos sanitários para produtos de vegetais, de frutas e cogumelos comestíveis

[RDC 272/2005](#) – Regulamento técnico para produtos de vegetais, produtos de frutas e cogumelos comestíveis

[RDC 91/2000](#) – Regulamento técnico para fixação de identidade e qualidade de alimentos com soja

1.21. Requisitos sanitários para palmito em conserva

[RDC 17/1999](#) – Padrão de identidade e qualidade para palmito em conserva

Alterada por:

[RDC 85/2016](#) – Altera Resolução 362/1999

1.22. Requisitos sanitários para misturas para o preparo de alimentos e alimentos prontos para consumo

[RDC 273/2005](#) – Regulamento técnico para misturas para o preparo de alimentos e alimentos prontos para o consumo

1.23. Requisitos sanitários para águas para consumo humano

[Decreto-Lei nº 7.841/1945](#) – Código de águas minerais

[RDC 274/2005](#) – Regulamento técnico para águas envasadas e gelo

Documentos relacionados:

[Perguntas e respostas sobre água, vapor e gelo](#)

[Perguntas e respostas sobre vigilância da qualidade da água](#)

[RDC 275/2005](#) – Regulamento técnico de características microbiológicas para água mineral natural e água natural

1.24. Requisitos sanitários para especiarias, temperos e molhos

[RDC 276/2005](#) – Regulamento técnico para especiarias, temperos e molhos

1.25. Requisitos sanitários para café, cevada, chá, erva-mate e produtos solúveis

[RDC 277/2005](#) – Regulamento técnico para café, cevada, chá, erva-mate e produtos solúveis

[RDC 267/2005](#) – Regulamento técnico de espécies vegetais para o preparo de chás

Alterada por:

RDC 181/2006 – Prorroga o prazo de adequação à RDC 267/2005

[RDC 219/2006](#) – Inclui espécies vegetais para o preparo de chás

1.26. Requisitos sanitários para sal destinado ao consumo humano

[Lei 6.150/1974](#) – Dispõe sobre a obrigatoriedade da iodapalção do sal, destinado ao consumo humano, seu controle pelos órgãos sanitários e dá outras providências

[Decreto 75.697/1975](#) – Padrões de identidade e qualidade para o sal destinado ao consumo humano.

[RDC 23/2013](#) – Dispõe sobre o teor de iodo no sal destinado ao consumo humano

Documento relacionado:

[Perguntas e respostas sobre sal](#)

2. Informações ao consumidor

2.1. Rotulagem de alimentos

[Decreto-Lei 986/1969](#) – Institui normas básicas sobre alimentos

Alterado por:

[Lei 13.305/2016](#) – Altera Decreto-Lei 986/1969 para dispor sobre rotulagem de alimentos com lactose

[Decreto 4.680/2003](#) – Regulamenta o direito à informação quanto aos alimentos e ingredientes alimentares destinados ao consumo humano ou animal que contenham ou sejam produzidos a partir de organismos geneticamente modificados

Atos relacionados:

[Portaria MS 2.658/2003](#) – Define o símbolo de que trata o art. 2o, § 1o, do Decreto 4.680, de 24 de abril de 2003

[Lei 10.674/2003](#) – Obriga a que os produtos alimentícios comercializados informem sobre a presença de glúten, como medida preventiva e de controle da doença celíaca

[Lei 11.265/2006](#) – Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e a de produtos de puericultura correlatos

Alterada por:

[Lei 11.474/2007](#) – Altera a Lei no 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, que cria o Programa de Arrendamento Residencial, institui o arrendamento residencial com opção de compra, e a Lei no

11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e a de produtos de puericultura correlatos, e dá outras providências.

Ato relacionado:

[Decreto 8.552/2015](#) – Regulamenta a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que dispõe sobre a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e de produtos de puericultura correlatos.

[RDC 259/2002](#) – Regulamento técnico sobre rotulagem de alimentos embalados

Alterada por:

[RDC 123/2004](#) – Altera RDC 259/2002

[RDC 359/2003](#) – Regulamento técnico de porções de alimentos embalados para fins de rotulagem nutricional

[RDC 360/2003](#) – Regulamento técnico sobre rotulagem nutricional de alimentos embalados

Atos relacionados:

[RE 2.313/2006](#) – Procedimentos a serem observados para implementação das RDC 359 e 360 de 2003

[RDC 163/2006](#) – Aprovar o documento sobre rotulagem nutricional de alimentos embalados (Complementação das Resoluções-RDC nº 359 e RDC nº 360, de 23 de dezembro de 2003)

[RDC 48/2010](#) – Fator de conversão para o cálculo do valor energético do eritritol.

Documentos relacionados:

[Termo de Ajustamento de Conduta \(TAC\) para rotulagem nutricional](#)

[Perguntas frequentes sobre rotulagem nutricional](#)

[Manual de orientação às indústrias de alimentos sobre rotulagem nutricional obrigatória](#)

[Manual de orientação aos consumidores sobre rotulagem nutricional obrigatória](#)

[RDC 54/2012](#) – Regulamento técnico sobre informação nutricional complementar

Atos relacionados:

[RDC 3/2013](#) – Modificações na composição de alimentos padronizados para uso de informação nutricional complementar

Documento relacionado:

[Documento de perguntas e respostas sobre informação nutricional complementar](#)

[RDC 13/2001](#) – Regulamento técnico para instruções de uso, preparo e conservação na rotulagem de carne de aves e seus miúdos crus, resfriados ou congelados

Alterada por:

[RDC 39/2002](#) (prazo)

[RDC 35/2009](#) – Obrigatoriedade de instruções de conservação e consumo na rotulagem de ovos

[INC 9/2002](#) – Embalagens destinadas ao acondicionamento de produtos hortícolas "in natura"

[RDC 21/2001](#) – Regulamento técnico para irradiação de alimentos

[RDC 26/2015](#) – Rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares

Atos relacionados:

[Lei 12.849/2013](#) – Obrigatoriedade de as fábricas de produtos que contenham látex natural gravarem em suas embalagens advertência sobre a presença dessa substância

Documentos relacionados:

[Documento de perguntas e respostas sobre rotulagem de alergênicos](#)

[RDC 136/2017](#) – Estabelece os requisitos para declaração obrigatória da presença de lactose nos rótulos dos alimentos

Documentos relacionados:

[Documento de perguntas e respostas sobre rotulagem de lactose](#)

2.2. Informações sobre fenilalanina em alimentos

[RDC 19/2010](#) – Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas informarem à ANVISA a quantidade de fenilalanina, proteína e umidade de alimentos, para elaboração de tabela do conteúdo de fenilalanina em alimentos, assim como disponibilizar as informações nos sítios eletrônicos das empresas ou serviço de atendimento ao consumidor (SAC)

Documentos relacionados:

[Tabela de conteúdo de fenilalanina em alimentos](#)

[Manual do usuário da tabela de conteúdo de aminoácidos em alimentos](#)

[Perguntas frequentes sobre análise de fenilalanina em alimentos](#)

2.3. Promoção comercial e publicidade em alimentos

[Decreto-Lei 986/1969](#) – Institui normas básicas sobre alimentos

[Lei 11.265/2006](#) – Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos

Alterada por:

[Lei 11.474/2007](#)

Ato relacionado:

[Decreto 8.552/2015](#)

[RDC 222/2002](#) – Regulamento técnico para promoção comercial de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância

Alterada por:

[RDC 19/2003](#) (prorroga prazo)

Documento relacionado:

[Perguntas frequentes sobre a norma brasileira de comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância](#)

[RDC 24/2010](#) – Dispõe sobre a oferta, propaganda, publicidade, informação e outras práticas correlatas cujo objetivo seja a divulgação e a promoção comercial de alimentos considerados com quantidades elevadas de açúcar, de gordura saturada, de gordura trans, de sódio, e de bebidas com baixo teor nutricional (**Norma Judicializada**)

3. Regularização de serviços e estabelecimentos sujeitos à vigilância sanitária e Boas Práticas

3.1. Boas Práticas de Fabricação em estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos

[Portaria MS 1.428/1993](#) – Regulamento técnico para inspeção sanitária de alimentos

[RDC 275/2002](#) – Regulamento técnico de procedimentos operacionais padronizados aplicados aos estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos e a lista de verificação das boas práticas de fabricação em estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos

[RDC 49/2013](#) – Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário

[IN 2/2015](#) – Dispõe sobre os produtos para saúde, produtos de higiene, cosméticos e/ou alimentos cuja fabricação em instalações e equipamentos pode ser compartilhada com medicamentos de uso humano, obedecendo aos requerimentos da legislação sanitária vigente, independente de autorização prévia da Anvisa

[Portaria SVS/MS 326/1997](#) – Regulamento técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de alimentos

Atos relacionados:

Portaria MAA 360/1997 – Regulamento técnico sobre as condições higiênico-sanitárias e de boas práticas de fabricação para estabelecimentos elaboradores/industrializadores de alimentos

[RES 363/1999](#) – Processo de industrialização e comercialização de palmitos

Atos relacionados:

[RDC 18/1999](#)

[RDC 7/2000](#) – Certificado de Boas Práticas de Fabricação e controle para fins de autorização para exportação de palmito em conserva para o Brasil

[RDC 81/2003](#) – Obrigatoriedade de identificação do fabricante do produto palmito em conserva, litografada na parte lateral da tampa metálica da embalagem de vidro do produto palmito em conserva e elaboração, implementação e manutenção de Procedimentos Operacionais Padronizados – POPs para acidificação e tratamento térmico

[RDC 352/2002](#) – Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos produtores/industrializadores de frutas e ou hortaliças em conserva

[RDC 172/2003](#) – Boas Práticas de Fabricação para estabelecimentos industrializadores de amendoins processados e derivados

[RDC 267/2003](#) – Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Industrializadores de Gelados Comestíveis

[RDC 218/2005](#) – Procedimentos higiênico-sanitários para manipulação de alimentos e bebidas preparados com vegetais

[RDC 173/2006](#) – Boas práticas para industrialização e comercialização de água mineral natural e de água natural

[RDC 182/2017](#) – Boas práticas para industrialização, distribuição e comercialização de água adicionada de sais

[RDC 28/2000](#) – Boas Práticas de Fabricação em estabelecimentos beneficiadores de sal destinado ao consumo humano

Alterada por:
[RDC 215/2002](#) (prorroga prazo)

3.2. Boas práticas para serviços de alimentação

[RDC 216/2004](#) – Regulamento técnico de boas práticas para serviços de alimentação

Alterada por:

[RDC 52/2014](#)

Atos relacionados:

[RDC 10/2014](#) – Dispõe sobre os critérios para a categorização dos serviços de alimentação

[RDC 43/2015](#) – Prestação de serviços de alimentação em eventos de massa

[RDC 49/2013](#) – Dispõe sobre a regularização para o exercício de atividade de interesse sanitário do microempreendedor individual, do empreendimento familiar rural e do empreendimento econômico solidário

Documento relacionado:

[Cartilha – boas práticas para serviços de alimentação](#)

3.3. Conservação nas fases de transporte, comercialização e consumo dos alimentos perecíveis, industrializados ou beneficiados, acondicionados em embalagens.

[Resolução CISA/MA/MS nº 10, de 31/07/1984](#)

Documento relacionado:

[Perguntas e respostas sobre conservação de alimentos](#)

3.4. Boas práticas nutricionais

[Guia de boas práticas nutricionais – documento de referência](#)

[Guia de boas práticas nutricionais para pão francês](#)

[Guia de boas práticas nutricionais para restaurantes coletivos](#)

4. Controle, fiscalização e monitoramento de produtos e serviços

[Lei nº 6.437/1977](#) – Configura infrações à legislação sanitária federal, estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências

4.1. Controle, fiscalização e monitoramento de alimentos

[Lei nº 9.677/1998](#) – Altera dispositivos do Capítulo III do Título VIII do Código Penal, incluindo na classificação dos delitos considerados hediondos crimes contra a saúde pública, e dá outras providências.

[RE 1/2002](#) – Proibição da presença de etanol em todos os produtos fortificantes, estimulantes de apetite e crescimento, e complementos de ferro

[RDC 304/2002](#) – Proibir em todo o território nacional a produção, importação, comercialização, propaganda e distribuição de alimentos com forma de apresentação semelhante a cigarro, charuto, cigarrilha, ou qualquer outro produto fumígeno, derivado do tabaco ou não

[RE 5052/2011](#) – Proibir a importação, a fabricação, a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, de alimentos e bebidas à base de *Aloe Vera*

4.2. Programa de controle de alergênicos

[RDC 26/2015](#) – Dispõe sobre os requisitos para rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares

[GUIA 5/2016](#) – Guia sobre Programa de Controle de Alergênicos

4.3. Recolhimento de alimentos

[RDC 24/2015](#) – Dispõe sobre o recolhimento de alimentos e sua comunicação à Anvisa e aos consumidores.

5. Controle sanitário em comércio exterior e ambientes de portos, aeroportos, fronteiras e recintos alfandegados

[RDC 81/2008](#) - Regulamento técnico de bens e produtos importados para fins de Vigilância Sanitária

Alterada por:

RDC 28/2011

RDC 48/2012

[RDC 74/2016](#) – Peticionamento eletrônico na importação de bens e produtos sujeitos à vigilância sanitária

[RDC 208/2018](#) – Simplificação de procedimentos para a importação de bens e produtos sujeitos à Vigilância Sanitária

[RDC 1/2008](#) – Vigilância Sanitária na Importação e Exportação de material de qualquer natureza, para pesquisa científica e tecnológica, realizada por cientista/pesquisador ou instituição científica e/ou tecnológica, sem fins lucrativos

5.1. Procedimentos para importação de alimentos

[RDC 22/2000](#) – Registro e dispensa da obrigatoriedade de registro de produtos importados pertinentes à área de alimentos

Ato relacionado:

[RDC 23/2000](#) – Manual de procedimentos básicos para registro e dispensa da obrigatoriedade de registro de produtos pertinentes à área de alimentos

[RDC 304/2002](#) – Proibir em todo o território nacional a produção, importação, comercialização, propaganda e distribuição de alimentos com forma de apresentação semelhante a cigarro, charuto, cigarrilha, ou qualquer outro produto fumígeno, derivado do tabaco ou não

[RDC 281/2003](#) – Exigir como procedimento de importação para “aceite de orujo de oliva” ou óleo de bagaço e ou caroço de oliva, sem prejuízo da documentação exigida para este fim, a apresentação do laudo de análise do produto quanto à presença de hidrocarbonetos policíclicos aromáticos, especificamente o alfa-benzopireno, com identificação do lote e ou data de produção ou fabricação

[RDC 37/2006](#) – Dispõe sobre a importação, o ingresso e a comercialização de produtos derivados de aves procedentes de países com ocorrência de influenza aviária

[RE 5052/2011](#) – Proibir a importação, a fabricação, a distribuição e a comercialização, em todo território nacional, de alimentos e bebidas à base de *Aloe Vera*

[RDC 59/2012](#) – Dispõe sobre os critérios para importação no Brasil de matérias-primas e produtos alimentícios acabados, semilaborados ou a granel, originários ou provenientes da prefeitura de Fukushima no Japão, destinados ao consumo humano

[RDC 72/2008](#) – Matérias primas de origem láctea destinadas ao processamento de alimentos para consumo humano e para os produtos alimentícios acabados, semilaborados ou a granel, contendo leite em sua composição, provenientes ou fabricados na China

Ato relacionado:

[RE 3722/2008](#)